CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

P A R E C E R N° 173/71

Aprovado em 10/3/1971

Contrário à docência em nível superior de candidato que não seja portador de diploma do mesmo nível.

PROCESSO CEE- N° 176/71.

INTERESSADO - FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE JAHU.
CÂMARA DO ENSINO SUPERIOR.

RELATORA - Conselheira AMÉLIA DOMINGUES DE CASTRO.

1. O Sr. Diretor da FFCL de Jahu encaminha a este Conselho consulta, que assim resumo:

- Podem candidatar-se à docência, na área de Orientação Educacional, professores normalistas que realizaram curso de Formação de Orientador Educacional, com duração de um ano, em Faculdade de Filosofia?

A questão proposta, em tese, acrescenta um caso específico: o de professora normalista que em 1949 realizou curso de Formação de Orientador Educacional com duração de um ano na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pergunta se esse certificado confere a seus portadores nível universitário e a que título pode habilitá-los. Sabendo que conforme o Parecer n° 374/62, do Conselho Federal de Educação, o curso de Orientação Educacional era de Pós-graduação, indaga ainda como se deve entender esse nível no caso presente.

2. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961), que revogou, em seu último artigo, as disposições em contrário, contemplou a formação de orientadores educacionais para o ensino primário e médio em seus Artigos 62, 63 e 64.

Determinou que fosse feita em cursos especiais, ministrados em Faculdades de Filosofia para os orientadores de ensino médio e em Institutos de Educação para os de ensino primário.

Portaria Ministerial datada de 1962 (número 137, de 6.6.1962) ainda permitiu que cursos rápidos, com o caráter de exames de suficiência, fossem organizados, "enquanto não houver número

bastante de diplomados", como dizia seu artigo primeiro.

Coube ao Parecer n° 374/62, do C.F.E, regulamentar a formação de Orientadores Educacionais em nível de pós-graduação nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Essa norma prevaleceu até a recente reestruturação dos cursos de Pedagogia (Parecer C.F.E. n° 252/69) e que inseriu a Orientação Educacional entre as várias habilitações pedagógicas em nível de graduação.

No ano de 1968, a Lei federal n° 5.564, de 21.12.1968 que regulamentou o exercício da profissão, dispôs em seu Artigo 3 "A formação de Orientador Educacional obedecerá ao disposto nos Artigos 62, 63 e 64 da Lei n° 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e aos outros diplomas legais vigentes".

"Artigo 4° - Os diplomas de Orientador Educacional serão registrados em órgão próprio do M.E.C."

3. Nesse rápido esboço da história da formação de Orientadores Educacionais, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, encontramos os dados que nos permitem responder às questões (genérica e específica) do Sr. Diretor da Faculdade de Jahu. Ou seja:

- a) Que após a Lei de Diretrizes e Bases verifica-se que tanto o exercício profissional quanto a formação de Orientadores Educacionais foram regulamentados;
- b) Que, houve ainda permissão legal para que fosse admitido o exercício profissional aos habilitados em exame de suficiência, enquanto e aonde houvesse falta de elementos com formação regular;
- c) Que a partir da Lei 5.540 de 1968, verifica-se que o exercício profissional passa a depender de registro no Ministério da Educação e Cultura, obedecida à legislação vigente após a Lei de Diretrizes e Bases;
- d) Que não conhecemos dispositivo ' legal que assegure a portadores de certificados de habilitação obtidos antes da Lei de Diretrizes e Bases ou, depois dela, mediante exame de suficiência, a equivalência dos cursos feitos, com cursos regulares de nível superior.

4. Finalmente, respondemos à consulta formulada:

4.1. Não pode candidatar-se à docência em curso superior, seja qual for a área ou disciplina, candidato que não seja portador de diploma do mesmo nível. As raras exceções admitidas por este Conselho referem-se a áreas nas quais não existe ou é por demais escassa a formação específica em nível superior, como acontece em certas disciplinas técnicas.

4,2. No caso específico em tela, o certificado obtido habilitou seus portadores ao exercício profissional, anteriormente à Lei de Diretrizes e Bases e outros dispositivos legais citados. Não garantiu a seus portadores um diploma de nível superior. Na ocasião em que foi feito o curso referido, a Orientação Educacional não tinha a característica de curso de Pós-Graduação.

Sala das sessões da C.E.S., em 26 de abril de 1971.

(aa) Conselheiro WALTER BORZANI - Vice-Presidente
Conselheira AMÉLIA DOMINGUES DE CASTRO - Relatora
Conselheiro Pe. ALDEMAR MOREIRA
Conselheiro ADEMAR FREIRE MAIA
Conselheiro LUIZ CANTANHEDE FILHO
Conselheiro MOACYR EXPEDITO VAZ GUIMARÃES
Conselheiro SEBASTIÃO DA CUNHA PONTES